

## "A Petrobras pode servir de modelo para a Companhia Vale do Rio Doce."

Alcides Tápias, ministro de Desenvolvimento, sobre a possibilidade de o governo oferecer ações da Vale sob o mesmo sistema usado na Petrobras, ontem, em SP

# Compromissos macroeconômicos e metas sociais



MARCELO  
CÔRTE  
NERI

A política macroeconômica brasileira tem sido extremamente bem-sucedida no controle da inflação. Uma parte não desprezível desse sucesso deve-se a uma atitude pragmática e focada em objetivos palpáveis. A adoção de metas inflacionárias desempenha hoje um papel fundamental nesse processo. Em primeiro lugar, coordenando a formulação de políticas públicas dentro do próprio Estado. Em segundo lugar, sinalizando à sociedade as prioridades da ação governamental. Estes compromissos transmitem tranquilidade aos formadores de preços do lado real da economia e aos mercados financeiros.

Os potenciais benefícios de um ambiente econômico bem informado não devem ser subestimados. Entretanto, o sucesso macroeconômico que se dese-

na tem encontrado pouca ressonância entre os brasileiros. O cidadão comum, ao contrário dos mercados, se sensibiliza menos com déficits financeiros do que com o resgate da dívida social.

A sugestão é que o governo estenda parte da credibilidade conquistada na proposição dos compromissos macroeconômicos à política social. O governo se imporia metas quanto à trajetória de longo prazo de indicadores sociais. O objetivo é conferir maior racionalidade ao debate travado pelo governo com a sociedade, incorporando a noção de restrição orçamentária ligada às prioridades sociais. As maiores falhas observadas recentemente no campo social são a falta de mecanismos de diálogo. Nesse processo, o embate social entre governo e seus críticos tem se centrado lado a lado nos custos do desemprego "vis-à-vis" aos benefícios proporcionados pela baixa inflação. Como se a questão social se restringisse ao mercado de trabalho ou à estabilidade macroeconômica.

Como nos casamentos, a relação da sociedade brasileira com a estabilidade apresenta altos e baixos. O período de

lua de mel com o Real, ao contrário do que se tem enfatizado, apresenta mudanças distributivas pouco pronunciadas. A linha de pesquisa que originou o Real e planos de estabilização que o antecederam buscavam reduzir a inflação mantendo, mais ou menos constante, o status quo da distribuição de renda.

A fase da URV, uma espécie de noivado com a nova moeda, pretendia justamente isso. O Real foi concebido — e bem-sucedido — no combate à inflação. Os efeitos distributivos associados à redução do imposto inflacionário foram modestos. O ganho de bem-estar social provocado pela estabilização não foi a queda da desigualdade, mas — como o próprio nome sugere — o aumento da estabilidade da renda dos indivíduos. O principal benefício do real foi trazer maior previsibilidade à renda de cada um. A volatilidade da renda domiciliar mensal medida em nível individual caiu cerca de 40% com a estabilização.

Por outro lado, a volatilidade contamina as medidas de desigualdade. Não é mera coincidência que os recordes históricos das medidas de desigualdade

brasileiras foram atingidos durante os picos inflacionários de 1989 e 1994. As desigualdades de renda mensais — o que se mede no Brasil — são infladas pelas frenéticas flutuações da renda em tempos de alta inflação. Parece que a desigualdade caiu muito, mas o que caiu mesmo foi a instabilidade.

Os efeitos redistributivos diretos do

**A estabilidade não garante o desenvolvimento humano sustentável; é preciso distinguir as condições necessárias das suficientes**

Plano Real não foram grandes, mas a estabilidade criou a possibilidade de se fazer política social de uma maneira muito melhor do que se fazia antes. Por exemplo, o grosso da redução da pobreza observada no período pós-Real se deu exatamente em maio de 95, dez meses após a estabilização. Pode ter sido apenas uma longa gravidez até que os benefícios da estabilização fossem paridos.

De forma mais realista, a redução da pobreza de 10,56% então observada estaria ligada ao reajuste do salário mínimo de R\$ 70 para R\$ 100, concebido pouco antes. O erro parece ser a ênfase dada ao efeito distributivo direto da estabilização. Ganho maior é o de melhorar a operação de políticas distributivas, como o aumento do salário mínimo. Não faz sentido discutir-se quem é o pai dos benefícios distributivos imediatos do Real, pois eles ainda estariam por vir.

O objetivo do plano Real não foi a redistribuição de renda, mas acabou por potencializar a operação de políticas distributivas. A estabilidade, em si, não garante a conquista do desenvolvimento humano sustentável. Da mesma forma que a fidelidade dos pares, não garante a ocorrência de casamentos felizes. É preciso distinguir as condições necessárias das suficientes.

**Marcelo Côrtes Neri**, Ph.D. em economia pela Universidade de Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve regularmente neste espaço para o Valor. E-mail: mcneri@fgv.br